



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 29/12/2016

LEI Nº 2288, DE 29/12/2005 - PUB. O FLUMINENSE, DE 30/12/2005

## **REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Niterói decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**

#### **Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** Ficam reestruturadas, nos termos desta Lei, as normas legais de constituição do IBASM - Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais, gestor do Regime Próprio de Previdência Social de Niterói, conforme determina o art. 40 da Constituição Federal, que passará a adotar o nome Niterói Prev.

§ 1º O Niterói Prev é uma Autarquia Municipal, gestora da previdência pública do Município, responsável pela concessão e pagamento de pensões, aposentadorias e demais benefícios aos servidores municipais, na forma da Lei, sendo vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, gozando de autonomia administrativa, gestão financeira e patrimonial próprias, conforme legislação em vigor.

§ 2º As receitas e despesas do Niterói Prev deverão ser previamente estimadas, fixadas e vinculadas única e exclusivamente ao cumprimento das finalidades a que se propõe o presente regime próprio de previdência.

§ 3º O Tesouro Municipal é garantidor e responsável solidário das obrigações do Niterói Prev.

§ 4º O Niterói Prev tem sede e foro no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro e tem seu prazo de duração indeterminado.

#### **Capítulo II DOS BENEFICIÁRIOS**

SEÇÃO I  
DOS SEGURADOS

**Art. 2º** São segurados do Niterói Prev, o servidor público ativo efetivo, inativos e pensionistas dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas.

§ 1º Na hipótese legal de acumulação remunerada, o servidor ativo efetivo mencionado neste artigo será contribuinte obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 2º O servidor ativo efetivo e inativo que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, continuará filiado e contribuinte do Niterói Prev.

**Art. 3º** A perda da condição de segurado do Niterói Prev ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - morte;

II - exoneração ou demissão;

III - falta de recolhimento das contribuições previdenciárias, conforme legislação específica.

SEÇÃO II  
DOS DEPENDENTES

**Art. 4º** São filiados ao Niterói Prev os dependentes dos segurados enumerados no artigo 2º da presente Lei.

**Art. 5º** Permanece na condição de segurado do Niterói Prev, o servidor ativo que, contribuindo, estiver:

I - cedido, com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração do Município, observados os prazos a serem previstos em regulamento próprio.

Parágrafo Único - O servidor efetivo requisitado da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios permanece segurado ao regime previdenciário de origem.

**Art. 6º** São beneficiários do Niterói Prev, na condição de dependente econômico do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

II - os pais, que não possuam recursos suficientes para o próprio sustento e nem sejam beneficiários de outro sistema de previdência pública, e;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada, nos termos da legislação vigente.

§ 2º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 3º Equipara-se a filho, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela ou guarda e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

~~§ 4º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada na forma do art. 226 da Constituição Federal.~~

§ 4º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha convivência comprovada com o segurado ou segurada há pelo menos 02 (dois) anos, incluindo-se as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Aplica-se para configuração desta união, no que couber, os preceitos legais reguladores da união estável entre parceiros de diferentes sexos. (Redação acrescida pela Lei nº 2394/2006)

**Art. 7º** A perda da qualidade de dependente, para os fins do Niterói Prev, ocorre:

~~I - para o cônjuge:~~

~~a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;~~

~~b) pela anulação do casamento, e;~~

~~c) pelo novo casamento.~~

~~II - para o companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o segurado, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;~~

~~III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade ou pela emancipação; e~~

~~IV - para os dependentes em geral:~~

~~a) pela cessação do fato gerador do benefício e pela perda da dependência econômica;~~

~~b) pela morte.~~

~~§ 1º O limite de idade previsto no inciso III poderá ser modificado, com base nas alterações a serem realizadas nas normas e legislações federais.~~

~~§ 2º A perda da condição de segurado não ensejará a devolução das contribuições recolhidas, assegurada a contagem de tempo de contribuição.~~

**Art. 7º** A perda da qualidade de dependente, para os fins do NiteróiPrev, ocorre:

I - para o cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada judicialmente a prestação de alimentos;

b) pela anulação do casamento, e;

c) pelo novo casamento.

II - para o companheiro ou a companheira, pela cessação da união estável com o segurado, enquanto não lhe for assegurada judicialmente a prestação de alimentos;



III - em relação aos beneficiários de que tratam o inciso I e II deste artigo:

- a) após o decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do servidor;
- b) após o decurso dos seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

- 1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
- 2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
- 3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
- 4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
- 5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
- 6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

IV - para o filho e o irmão, ao completarem vinte e um anos de idade ou pela emancipação;

V - no caso de dependentes inválidos, pela cessação da invalidez;

VI - para os dependentes em geral:

- a) pela cessação do fato gerador do benefício e pela perda da dependência econômica;
- b) pelo seu falecimento;

§ 1º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 2º O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais referidas nas alíneas "a" e "b" do inciso III deste artigo;

§ 3º Serão aplicados, conforme o caso, os prazos previstos na alínea "b" do inciso III deste artigo, se o óbito do servidor decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 4º A critério da Administração, o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das referidas condições, desde que a invalidez não seja de caráter permanente.

§ 5º O pagamento de pensão deverá observar os limites estabelecidos no inciso XI do art.37 caput da Constituição Federal e no art.2º da Lei nº 10.887, de 18 de Junho de 2004.

§ 7º A perda da condição de segurado não ensejará a devolução das contribuições recolhidas, assegurada

a contagem de tempo de contribuição. (Redação dada pela Lei nº 3248/2016)

### SEÇÃO III DAS INSCRIÇÕES

**Art. 8º** A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo efetivo, devendo o órgão onde o servidor estiver lotado, enviar ao Niterói Prev a comunicação da investidura, acompanhada dos documentos necessários.

**Art. 9º** Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se aquele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção realizada por junta médica, indicada pelo Niterói Prev.

§ 2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

### Capítulo III DA ESTRUTURA E DA ADMINISTRAÇÃO DO NITERÓI PREV

**Art. 10** O Niterói Prev terá a seguinte estrutura administrativa superior:

I - o Conselho de Administração;

II - a Presidência, e;

III - o Conselho Fiscal.

### SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Art. 11** Fica instituído o Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, com a seguinte composição:

I - três representantes do Poder Executivo, escolhidos dentre os titulares da Secretaria de Administração, de Fazenda, de Planejamento, Orçamento e Gestão ou da Procuradoria Geral do Município;

II - o Presidente do Niterói Prev, na qualidade de membro nato, com voto de minerva;

III - um representante do Poder Legislativo;

IV - dois representantes dos servidores efetivos ativos; e

V - dois representantes dos servidores inativos e pensionistas.

§ 1º Os membros do conselho, com exceção do membro nato, serão nomeados pelo Prefeito para um mandato de dois anos, admitida uma única recondução.

§ 2º Os representantes do Executivo, com comprovada capacidade técnica e do Legislativo serão indicados, dentre os servidores, pelos próprios poderes e os representantes dos servidores efetivos ativos e dos inativos e pensionistas, serão eleitos diretamente pelos seus pares, na forma a ser regulamentada.

§ 3º Caberá ao Conselho acompanhar e avaliar a gestão administrativa do Niterói Prev, na forma a ser regulamentada.

§ 4º Os membros do Conselho de Administração farão jus ao recebimento de jeton por reunião, até o máximo de quatro reuniões mensais, cujo valor será equivalente a R\$ 219,18 (duzentos e dezenove reais e dezoito centavos), reajustável na mesma proporção e periodicidade dos reajustes concedidos aos servidores do IBASM, sendo obrigatória a realização de pelo menos uma reunião por mês.

§ 5º Os membros do Conselho de Administração, com exceção do Presidente do Niterói Prev, poderão indicar, imediatamente após suas nomeações, suplentes a serem escolhidos dentre os componentes da classe a qual representam, para comporem as reuniões, no caso de seus impedimentos.

§ 6º A indicação de suplentes deverá ser aprovada pela maioria simples dos demais representantes, cabendo ao Presidente do Niterói Prev o voto de qualidade em caso de empate.

## SEÇÃO II DO CONSELHO FISCAL

**Art. 12** Fica instituído o Conselho Fiscal que será formado por:

I - um representante do Poder Executivo, com comprovada capacidade técnica para exercer a função;

II - um representante do Poder Legislativo, escolhido dentre os seus servidores;

III - dois representantes dos Servidores Municipais, sendo um representante dos servidores ativos e um representante dos servidores inativos e pensionistas.

§ 1º Caberá ao presente Conselho acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos do Niterói Prev, na forma a ser regulamentada.

§ 2º Os representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo serão indicados pelos próprios poderes e os representantes dos servidores ativos efetivos, dos inativos e pensionistas, serão escolhidos pelos seus pares, na forma a ser regulamentada dentre aqueles servidores com capacitação técnica, na área econômica e financeira pública.



§ 3º Os membros do Conselho Fiscal serão nomeados pelo Prefeito.

§ 4º Os membros do Conselho Fiscal farão jus ao recebimento de jeton por reunião, até o máximo de quatro reuniões mensais, cujo valor será equivalente a R\$ 219,18 (duzentos e dezenove reais e dezoito centavos) reajustável na mesma proporção e periodicidade dos reajustes concedidos aos servidores do IBASM.

§ 5º Os membros do Conselho Fiscal, poderão indicar, imediatamente após suas nomeações, suplentes a serem escolhidos dentre os componentes da classe a qual representam, para comporem as reuniões, no caso de seus impedimentos.

Capítulo IV  
DOS BENEFÍCIOS

**Art. 13** O Niterói Prev compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;
- e) aposentadoria especial na forma da Lei.

II - Quanto ao dependente:

- a) pensão por morte.

§ 1º Nenhum benefício previdenciário poderá ser transferido, criado, majorado ou estendido, ao Niterói Prev, sem que esteja estabelecida a correspondente fonte de custeio.

§ 2º O direito aos benefícios previdenciários terá sua prescrição e decadência regulamentados na forma da legislação em vigor.

§ 3º O regulamento do plano de benefícios obedecerá à Constituição Federal e à legislação vigente, sendo sua aplicação regulamentada dentro de 90 (noventa dias), a partir da publicação da presente Lei.

§ 4º Salvo no caso das aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição da República Federativa do Brasil, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios, inclusive quando decorrentes de acidente de trabalho:

I - mais de uma aposentadoria;

II - mais de uma pensão deixada por cônjuge;

III - mais de uma pensão deixada por companheiro, companheira ou convivente;

IV - aposentadoria com abono de permanência em serviço;

§ 5º No caso dos incisos II e III é facultado ao dependente optar pela pensão mais vantajosa.

Capítulo V  
DO REGISTRO CONTÁBIL

**Art. 14** O Niterói Prev observará normas de contabilidade, fixada pelo órgão competente da União.

Parágrafo Único - A escrituração contábil do Niterói Prev será distinta da que é mantida pelo Tesouro Municipal.

**Art. 15** O Niterói Prev publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias e acumulada do exercício em curso, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e seu regulamento.

Parágrafo Único - O demonstrativo mencionado no caput será, no mesmo prazo, encaminhado ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

**Art. 16** Será mantido registro contábil individualizado para cada segurado que conterà:

I - nome;

II - matrícula;

III - remuneração ou subsídio; e

IV - valores das contribuições previdenciárias mensais e das acumuladas nos meses anteriores do segurado e do Município, suas autarquias e fundações;

Parágrafo Único - Ao segurado será disponibilizado extrato previdenciário contendo as informações previstas neste artigo, na forma a ser regulamentada.

Capítulo VI

SEÇÃO I

FUNDOS DE PREVIDÊNCIA DO PATRIMÔNIO E DO CUSTEIO

**Art. 17** ~~Ficam instituídos os Fundos de Previdência do Niterói Prev, conforme previsto na Lei 9.717/98 e no art. 71 da Lei nº 4.320/64, denominados Fundo de Repartição Simples e Fundo de Capitalização, para garantir os planos de benefícios do Niterói Prev, na forma do artigo 19 da presente Lei e observando-se os critérios estabelecidos para os regimes próprios de previdência pública.~~

**Art. 17** Ficam instituídos os Fundos de Previdência da NITERÓI PREV, conforme previsto na Lei Federal nº 9.717/98 e no art. 71 da Lei Federal nº 4.320/64, denominados GRUPO FINANCEIRO, que será tratado num regime misto de Capitalização e Repartição Simples e GRUPO PREVIDENCIÁRIO, tratado no Regime



Financeiro de Capitalização, observando-se os critérios estabelecidos para os regimes próprios de previdência pública, definidos da seguinte forma:

I - GRUPO FINANCEIRO - composto pelos servidores efetivo ingressos na Administração Pública até 31 de dezembro de 1997, custeado por um fundo misto de Capitalização e Repartição Simples onde será arrecadado o valor equivalente ao Custo Normal, e a diferença encontrada entre receita de contribuição e despesas com pagamento de benefícios, quando positiva, será capitalizada. A partir do momento em que as contribuições geradas por este grupo passarem a ser inferiores às despesas com pagamento de benefícios, tal diferença será debitada desta poupança. No momento que esta poupança extinguir-se, o Tesouro Municipal passa a assumir o déficit então existente.

II - GRUPO PREVIDENCIÁRIO - composto pelos servidores efetivos ingressos na Administração Pública a partir de 01 de janeiro de 1998, custeado pelo Regime Financeiro de Capitalização, cujo Fundo de Capitalização será composto por Débitos não liquidados junto ao Tesouro Municipal - Recursos da Dívida Ativa - na Forma da Tabela do Anexo I. (Redação dada pela Lei nº 2667/2009)

§ 1º Caberá ao Niterói Prev a gestão dos Fundos de que trata esta Lei.

§ 2º Uma Avaliação Atuarial será feita, anualmente, determinando-se as necessidades de financiamento do sistema, bem como o passivo atuarial.

§ 3º A Avaliação de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada em prazo inferior a um ano, sempre que se demonstrar necessidade técnica de realizá-la.

§ 4º A avaliação atuarial inicial e as reavaliações atuariais serão encaminhadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social no prazo de até trinta dias do encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo.

**Art. 18** Para fins de composição do Plano de Custeio os segurados do Niterói Prev serão subdivididos em dois grupos:

I - GRUPO 1 - Custeado por um fundo financeiro de repartição simples: composto pelos atuais servidores aposentados, originários dos órgãos patrocinadores da previdência pública Municipal, e por aqueles que, até data da aprovação desta Lei, preencherem os requisitos para aposentadoria, que serão pagos com receita a ser repassada pelo Tesouro do Município, a partir da data da publicação da presente Lei.

II - GRUPO 2 - Custeado por um fundo de capitalização: composto pelos servidores que vierem a preencher os requisitos para aposentadoria, a partir da data da publicação desta Lei e pelos atuais e futuros pensionistas, que serão pagos com receita previdenciária previstas no artigo 20 desta Lei.

§ 1º Os proventos dos servidores que compõem o Grupo I serão de responsabilidade financeira e orçamentária do Tesouro Municipal.

§ 2º Os proventos dos servidores que compõem o Grupo II, serão de responsabilidade financeira e orçamentária do Niterói Prev, com recursos do Fundo de Capitalização.

§ 3º Os proventos de pensões, em sua totalidade, permanecerão sob a responsabilidade financeira e orçamentária do Niterói Prev, com recursos do Fundo de Capitalização.

§ 4º Os proventos de aposentadorias e pensões, aumentados ou concedidos em razão de decisões judiciais, referentes a pedidos interpostos em juízo antes da data da publicação da presente Lei, serão de responsabilidade exclusiva do Tesouro Municipal, custeadas pelo fundo financeiro de repartição simples.

SEÇÃO II  
DAS FONTES DE RECEITAS

**Art. 19** São fontes de receita do Fundo de Capitalização:

- ~~I - contribuição previdenciária dos Patrocinadores definidos no art. 23;~~
- ~~II - contribuição previdenciária dos segurados;~~
- ~~III - doações, subvenções e legados;~~
- ~~IV - receitas decorrentes de aplicações financeiras e rendas advindas da exploração dos empreendimentos patrimoniais do Niterói Prev;~~
- ~~V - valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal; e~~
- ~~VI - demais dotações previstas no orçamento municipal;~~

~~VII - contas de fundos de investimentos e recebíveis;~~

~~§ 1º Constituem também fonte de receita do Fundo de Capitalização as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e II incidentes sobre o abono anual.~~

~~§ 2º As contribuições de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários, do Niterói Prev, previstos no item II do artigo 19 da presente Lei.~~

~~§ 3º Os recursos do Fundo Repartição Simples e do Fundo de Capitalização, instituídos na forma do artigo 18 desta Lei, serão depositados em contas específicas, distintas da conta do Tesouro Municipal.~~

~~§ 4º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às resoluções do Conselho Monetário Nacional.~~

**Art. 19** São fontes de receita da Niterói Prev:

I - contribuição previdenciária dos Patrocinadores definidos no art. 21;

II - contribuição previdenciária dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

III - doações, subvenções e legados;

IV - receitas decorrentes de aplicações financeiras e rendas advindas da exploração dos empreendimentos patrimoniais da Niterói Prev;

V - valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal;

VI - contas de fundos de investimentos e recebíveis;

VII - o valor referente ao percentual de até 70% (setenta por cento) incidente sobre a participação municipal no resultado ou compensação financeira de que trata o § 1º, do artigo 20, da Constituição Federal;

VIII - demais dotações previstas no Orçamento Municipal.

Parágrafo Único - A dívida de que trata a Lei nº 2.941 de 27 de abril de 2012, não será paga com recursos mencionados no inciso VII da presente Lei. (Redação dada pela Lei nº 2957/2012) (Regulamentado pelo Decreto nº 11.177/2012)

SEÇÃO III  
DO PATRIMÔNIO DO NITERÓI PREV

**Art. 20** O patrimônio do Niterói Prev fica constituído por:

I - saldo das aplicações financeiras em títulos e Fundos de Investimentos do IBASM, existente na data da publicação desta Lei;

II - ações de propriedade do IBASM na data da publicação desta Lei;

III - créditos do IBASM contra órgãos e entidades do Município na data da publicação desta Lei;

IV - legados e doações;

V - bens imóveis; e

V - receitas originárias de bens imóveis.

§ 1º É vedada a utilização dos recursos do Fundo de Repartição Simples e do Fundo de Capitalização para pagamento de despesas de custeio.

~~§ 2º O Niterói Prev receberá do Tesouro Municipal, mensalmente, uma taxa de administração de 2% (dois por cento), para seu custeio, cuja base de cálculo será o valor total da remuneração e subsídios pagos aos servidores ativos, inativos e pensionistas, no exercício anterior, excluídas todas as despesas pagas relativas às decisões e sentenças judiciais no exercício.~~

§ 2º O Niterói Prev receberá do Tesouro Municipal, mensalmente, uma taxa de administração de até 2% (dois por cento), para seu custeio, cuja base de cálculo será o valor total da remuneração e subsídios pagos aos servidores ativos, inativos e pensionistas, no exercício anterior, excluídas todas as despesas pagas relativas às decisões e sentenças judiciais, no exercício. (Redação dada pela Lei nº 3171/2015)

SEÇÃO IV  
DOS PATROCINADORES

**Art. 21** São patrocinadores do Niterói Prev, o Município de Niterói, por seus poderes Executivo, Legislativo e todas as Autarquias e Fundações Municipais.

SEÇÃO V  
DAS CONTRIBUIÇÕES



**Art. 22** ~~Fica instituída a alíquota previdenciária de 11% (onze por cento), incidente sobre a remuneração dos servidores ativos e proventos de pensão e aposentadoria dos servidores inativos, conforme estabelecido na legislação em vigor.~~

**Art. 22** ~~Fica instituída a alíquota previdenciária de 16,59% (dezesseis vírgula cinquenta e nove por cento) para os Patrocinadores da Niterói Prev e de 11% (onze por cento) para os segurados, incidentes sobre a totalidade da remuneração dos servidores ativos e sobre os proventos dos inativos e pensionistas nos termos da Lei. (Redação dada pela Lei nº 2667/2009)~~

**Art. 22** Fica instituída alíquota previdenciária, para os Patrocinadores da Niterói Prev, de 16,59% (dezesseis vírgula cinquenta e nove por cento) e para os segurados, de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) para o Exercício de 2017 e posteriores, incidentes sobre a totalidade de remuneração dos servidores ativos e sobre os proventos dos inativos e pensionistas nos termos da Lei. (Redação dada pela Lei nº 3250/2016)

~~§ 1º Para os Patrocinadores caberá a contribuição na forma prevista na Lei nº 9.717/98, com redação dada pela Lei 10.887/04, a qual incidirá, na forma do caput deste artigo, perfazendo o percentual de 11% (onze por cento), para o Exercício de 2006; 12% (doze por cento) para o Exercício de 2007; 13% (treze por cento) para o Exercício de 2008; 14% (quatorze por cento) para o Exercício de 2009; 15% para o Exercício de 2010 e 16,5% (dezesseis e meio por cento) para o Exercício de 2011.~~

~~§ 1º A contribuição previdenciária de 11% (onze por cento), dos inativos e pensionistas, a que se refere o caput, incidirá. (Redação dada pela Lei nº 2667/2009)~~

§ 1º A contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas, a que se refere o caput, incidirá: (Redação dada pela Lei nº 3250/2016)

- a) sobre a parcela que supere o valor de R\$ 3.218,90 (três mil duzentos e dezoito reais e noventa centavos) e, (Redação dada pela Lei nº 2667/2009)
- b) incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadorias e de pensão que superem o dobro de R\$ 3.218,90 (três mil duzentos e dezoito reais e noventa centavos), (R\$ 6.437.80), quando o beneficiário for portador de doença incapacitante. (Redação dada pela Lei nº 2667/2009)

§ 2º Entende-se como remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, percebidas pelo segurado, exceto:

- a) salário-família;
- b) diária;
- c) ajuda de custo;
- d) indenização de transporte;
- e) adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- f) adicional noturno;
- g) adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas;
- h) adicional de férias;
- i) auxílio-alimentação;
- j) outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei;
- k) abono de permanência em serviço.

§ 3º O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 4º A responsabilidade pelo recolhimento ou repasse das contribuições previstas no presente artigo será do dirigente máximo do órgão ou entidade a qual o segurado estiver vinculado e ocorrerá até o quinto dia útil do mês subsequente ao de referência do pagamento do subsídio, da remuneração, do abono anual e da decisão judicial ou administrativa.

§ 5º Será, também, de responsabilidade do dirigente máximo do órgão ou entidade a qual o segurado estiver vinculado o repasse para o Niterói Prev das folhas de pagamento, abertas e na forma estabelecida pelo Niterói Prev, até o quinto dia útil do mês de referência subsequente.

§ 6º A alíquota mencionada no caput deste artigo incidirá sobre a parcela da remuneração, do inativo e pensionista, que exceder o teto de isenção de R\$ 2.668,15 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), reajustável conforme legislação federal em vigor.

§ 7º Para as pensões concedidas a partir de fevereiro de 2004, será isenta da aplicação daquela alíquota, 70% (setenta por cento) da parcela que exceder o teto definido no parágrafo anterior, reajustável conforme legislação federal em vigor.

§ 8º Em nenhuma hipótese os proventos de pensão e aposentadoria, bem como de servidores ativos, poderão exceder a remuneração mensal percebida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 23** O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração ou subsídio, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias, do servidor e patronal, estabelecidas no art. 23, acrescidas dos juros e multas e outras correções que a legislação vigente autorizar.

§ 1º As contribuições a que se refere o caput deste artigo serão recolhidas diretamente pelo servidor.

§ 2º O servidor no exercício de mandato eletivo, licenciado sem remuneração, terá sua contribuição previdenciária suspensa durante o período em que contribuir para o Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

#### Capítulo VII DO REGIME E DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL

**Art. 24** O quadro de pessoal inicial do Niterói Prev será formado pelos atuais servidores do IBASM - Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais.

#### TÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 25** O Poder Executivo e o Poder Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao Niterói Prev relação nominal dos segurados e seus dependentes, com os respectivos

subsídios, remunerações e valores de contribuição, nos termos estabelecidos em função da necessidade do Niterói Prev, a ser regulamentado.

**Art. 26** O Regimento Interno do Niterói Prev será publicado no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta Lei.

**Art. 27** Fica mantida, em caráter precário, na estrutura do Niterói Prev, a Carteira de Programas Habitacionais, que ficará subordinada diretamente ao Gabinete da Presidência do Niterói Prev.

§ 1º A estrutura da Carteira de Programas Habitacionais será definida nos termos do Regimento Interno.

§ 2º A qualquer tempo o Prefeito do Município poderá determinar a transferência da Carteira de Programas Habitacionais para outro órgão ou entidade competente da Administração Municipal.

**Art. 28** O Presidente do Niterói Prev será nomeado diretamente pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - Caberá ao Presidente do Niterói Prev a prerrogativa de efetuar as nomeações para os cargos extra-quadro da estrutura do Instituto.

**Art. 29** O Niterói Prev poderá estabelecer uma taxa de administração, a ser regulamentada, pelo processamento de empréstimos na forma de consignação em folha de pagamento.

**Art. 30** O Niterói Prev poderá contratar, na forma da lei, serviços médicos destinados à realização de perícias, em seus segurados e em seus servidores, nos casos em que a lei exija a realização de perícia médica, por um médico ou por junta médica, para concessão de benefícios ou de direitos dos servidores.

**Art. 31** Todo servidor, estará obrigado a cumprir uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

**Art. 32** As dívidas de natureza previdenciária serão corrigidas na forma e no prazo definidos nas normatizações do Ministério da Previdência e Assistência Social.

**Art. 33** O valor da remuneração dos servidores ativos, pagos pelo IBASM, bem como dos proventos dos inativos e pensionistas, não poderá exceder a remuneração do Prefeito do Município, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

**Art. 34** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de dezembro de 2005.

Godofredo Pinto  
Prefeito

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 29/03/2017*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*